DGAJ
Direção-Geral da Administração da Justiça

REPÚBLICA PORTUGUESA
JUSTIÇA

AQUISIÇÃO

DE

150 COMPUTADORES PORTÁTEIS

CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CPI/2021/158/DGAJ

Artigo 1.º

Objeto do procedimento

O presente procedimento tem por objeto a o fornecimento de 150 computadores portáteis, nos termos previstos no caderno de encargos, bem como dos anexos que o compõem.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante neste procedimento é o Estado português, através da Direção-Geral da Administração da Justiça, com sede na Avenida D. João II, n.º 1.08.01 D/E, Pisos 0, 9.º ao 14.º, 1990-097 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico correio.geral@dgaj.mj.pt .

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho datado de 15/06/2021, do Exmo. Subdiretor Geral da Administração da Justiça, nos termos das competências subdelegadas pela Exma. Diretora Geral da Administração da Justiça, através do Despacho n.º 3148/2021, de 8 de março, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 58, de 24 de março.

Artigo 4.º

Concorrentes

No presente procedimento podem participar como concorrentes quaisquer entidades, pessoa singular ou coletiva, desde que não se encontrem em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Público, adiante designado por CCP.

Artigo 5.º

Agrupamentos

1. Os agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas podem apresentar proposta, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária.

Artigo 6.º

Impedimentos

Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem abrangidas por qualquer das situações descritas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 7.º

Disponibilização e acesso às peças do procedimento

1. O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço eletrónico: http://www.acingov.pt .
2. O programa do procedimento e caderno de encargos também poderão ser consultados no endereço de internet: https://dgaj.justiça.gov.pt/ .
3. O acesso à plataforma eletrónica referida no ponto 1, permite efetuar a consulta, o *download* das peças do concurso, bem como apresentar a respetiva proposta.

Artigo 8.º

Esclarecimentos e retificação e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados, devem ser solicitados por escrito através de plataforma eletrónica, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 50.º do CCP.
2. Os esclarecimentos são prestados pelo Júri do procedimento, sendo que todos os atos passíveis de delegação neste órgão foram delegados.
3. A prestação de esclarecimentos e as pronúncias sobre os erros e omissões identificados, a que se refere o número anterior, serão prestados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do concurso nos termos e no prazo previstos no número anterior.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

5. Nos termos do n.º 1 do artigo 64.º, quando as retificações ou a aceitação de erros ou omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º do CCP, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

6. Os esclarecimentos prestados e as retificações de erros ou omissões efetuadas serão disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo imediatamente notificados desse facto todos os interessados.

7. Os referidos esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do concurso e, prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 9.º

Prazo para apresentação das propostas

A data-limite para apresentação das propostas é até às 23:59 horas do 30º (trigésimo) dia a contar da data do envio do anúncio para publicação, no Diário da República e Jornal Oficial da União Europeia (JOUE).

Artigo 10.º

Prorrogação do prazo para apresentação das propostas

1. A pedido fundamentado de qualquer interessado, o órgão competente para a decisão de contratar poderá prorrogar o prazo fixado para apresentação das propostas pelo período considerado adequado, o qual aproveitará todos os interessados.

2. As decisões relativas a prorrogações do prazo de apresentação das propostas serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, e serão imediatamente publicitadas no Diário da República e no JOUE.

Artigo 11.º

Modo de apresentação das propostas

A apresentação da proposta e os documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, devendo cumprir com o solicitado nas peças procedimentais.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Artigo 12.º

Elementos da proposta

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes elementos/documentos:
   a) Documento Europeu Único de Contratação Pública anexo ao Regulamento de execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, cujo formulário e instruções se encontram disponíveis no anexo B, ao presente programa de procedimento, devendo o mesmo ser assinado.
   b) Modelo de Proposta de acordo com o documento "Minuta de Proposta", devidamente preenchido, devendo o concorrente indicar obrigatoriamente, sob pena de exclusão:
      i) Características do equipamento proposto;
      ii) O concorrente terá de preencher <u>todas</u> as características.
3. Outros documentos que o concorrente apresente ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º do CCP.

Artigo 13.º

Requisitos dos documentos

1. A proposta e todos os documentos que lhes associarem devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos previstos no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Os concorrentes deverão ter em atenção se todos os documentos referidos no número anterior estão assinados com assinatura eletrónica qualificada antes da submissão dos mesmos na plataforma eletrónica, pois após a sua submissão não será possível associar qualquer assinatura qualificada válida, devido à respetiva encriptação da proposta, de modo a dar cumprimento à lei suprarreferida.
3. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a função e o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a referida declaração, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Artigo 14.º

Idioma

As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara, para todos efeitos, aceitar prevalência sobre os respetivos originais.

Artigo 15.º

Propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 16.º

Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 17.º

Lista das concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista das concorrentes na plataforma, no sítio http://www.acingov.pt .
2. É facultada a consulta diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista das concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.^{os} 1 e 2.

Artigo 18.º

Motivos da exclusão de propostas

Para além do previsto no CCP, são excluídas as propostas que:

a) Não contenham os elementos solicitados no presente programa do procedimento;
b) Não cumpram qualquer uma das disposições do programa do procedimento e do caderno de encargos.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Artigo 19.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da "proposta economicamente mais vantajosa", para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade de melhor relação qualidade-preço, nos termos da alínea a), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
2. Os atributos das propostas serão ponderados da seguinte forma:
    a) Preço – ponderação 33%

    ((Preço Base-Preço Proposto)/Preço Base)*100*0,33

    b) Capacidade do 2.º dispositivo de memória – 33%
        - Se o slot for livre tem 0 pontos
        - Se o slot for preenchido com memória de 16 GB tem 100 pontos
        - Multiplicado por 0,33
    c) Serviços adicionais de garantia e assistência técnica (só são admissíveis anos completos 12 meses, não sendo admissível indicação de frações de anos) - ponderação de 34%:
        - 2 anos de garantia e 2 anos de assistência técnica: 0 pontos
        - 3 anos de garantia e 3 anos de assistência técnica: 33 pontos
        - 4 anos de garantia e 4 anos de assistência técnica: 66 pontos
        - 5 anos de garantia e 5 anos de assistência técnica: 100 pontos
        - Multiplicados por 0.34

3. Em caso de empate entre duas ou mais propostas são aplicados os seguintes critérios, sequencialmente:
    a) 1.º Critério de desempate – Será considerada vencedora a proposta que apresente um maior prazo de garantia e assistência técnica;
    b) 2.º Critério de desempate – Mantendo-se o empate classificativo será considerada a proposta que apresente um menor preço.
    c) Caso se mantiver a igualdade na aplicação do 2.º critério de desempate, o desempate será efetuado por sorteio, sendo notificados com um prazo de 5 (cinco) dias de antecedência todos os concorrentes da data e hora a efetuar o mesmo. O desempate será efetuado por sorteio realizado pelo Júri na presença de um representante de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes. Os concorrentes serão notificados da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 5 dias, e deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.

Artigo 20.º

Notificação da adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação de adjudicação, o adjudicatário é notificado para:
   a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 21.º do presente Programa do Procedimento;
   b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;
   c) Confirmar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 21.º

Documentos de habilitação

1. Na fase de adjudicação, serão solicitados aos adjudicatários os documentos constantes do artigo 81.º do CCP, conjugado com o artigo n.º 2 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação, através da plataforma eletrónica de contratação pública com o seguinte endereço: http://www.acingov.pt , nomeadamente:
   a) Declaração emitida conforme o anexo II ao Código dos Contratos Públicos;
   b) Registo criminal da empresa e de todas as pessoas com poder para a vincular;
   c) Declaração de não dívida da Segurança Social;
   d) Certidão de não dívida da Autoridade Tributária;
2. O prazo para a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possa levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do CCP, é de 3 (três) dias úteis, contados da respetiva notificação.
3. Nos termos do artigo 4.ª da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou quando, pela sua natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

4. Quando os documentos de habilitação se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

5. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos previstos nas alíneas a) do n.º 1 do artigo do artigo 81º do CCP, conjugado com o artigo n.º 6 da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, devem ser apresentados por todos os seus membros.

Artigo 22.º

Não apresentação dos documentos de habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

a) No prazo fixado no artigo 21.º do presente programa;

b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP;

c) Redigidos em língua portuguesa ou em língua estrangeira acompanhados de tradução devidamente legalizada.

2. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 1, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

3. Quando as situações previstas no n.º 1 se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

4. Nos casos previstos nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 23.º

Falsidade de documentos e declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Artigo 24.º

Redução do contrato a escrito

Será celebrado contrato escrito.

Artigo 25.º

Notificação e aceitação da minuta de contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 26.º

Reclamações da minuta de contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.os 2 e 5 do artigo 96º do CCP ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta de contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 27.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
   a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, salvo nos casos previstos no n.º 2 do art.º 104 do CCP;
   b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
   c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) n.º 2 do artigo 20.º do Programa de Procedimento;

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 28.º

Encargos

São encargo do adjudicatário as despesas e encargos inerentes elaboração e apresentação da proposta, bem como à redução do contrato a escrito, incluindo as despesas relativas à prestação da caução, emissão de seguros, quando a eles houver lugar.

Artigo 29.º

Prevalências

1. As normas do Programa do Procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes do anúncio do procedimento a que diz respeito que com elas estejam desconformes.
2. Nos casos em que se considere lapso das peças concursais ou omissões, prevalecem as normas constantes do CCP e demais legislação aplicável.

Artigo 30.º

Legislação aplicável e foro competente

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa, aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos.
2. Para resolução de eventuais litígios emergentes da execução do procedimento objeto do presente concurso fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Anexos:

- Anexo A: Instruções de Preenchimento do DEUCP;
- Anexo B: Declaração art.º 81.º do CCP;
- Anexo C: Minuta de proposta

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

ANEXO A

Documento Europeu Único de Contratação Pública

(a que se refere a alínea n.º 6 do artigo 57.º do CCP)

Instruções de Preenchimento

1. Aceder o site https://ec.europa.eu/tools/espd/
   a) Selecione a sua Língua;
   b) Será automaticamente direcionado para o menu seguinte;
      i. No menu de seleção "diga-nos quem é" escolha a opção "Sou um operador económico";
      ii. No menu de seleção "O que fazer?" escolha a opção "Importar um DEUCP";
      iii. No menu "Carregar documento" faça o upload do ficheiro .xml com o nome "DEUCP" disponibilizado na plataforma eletrónica junto das peças do procedimento;
      iv. No menu de seleção "Onde esta localizada a sua empresa?" escolha o país;
      v. Clique na opção "seguinte".
   3.

2. Na "**Parte II: Informações sobre o operador económico**" preencha:
   a) O quadro "**A: Informações sobre o operador económico**";
   b) O quadro "**B: Informações sobre os representantes do operador económico #1**";
   c) O quadro "**C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades**";
   d) O quadro "**D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador não irá recorrer**";
   e) Clique na opção "seguinte".
   4.

3. Na "**Parte III: Motivos de exclusão**" responda:
   a) Ao questionário "**A: Motivos relacionados com condenações penais**";
   b) Ao questionário "**B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a Segurança Social**";
   c) Ao questionário "**C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional**";
   d) Clique na opção "seguinte".
   5.

4. Na "**Parte IV: Critérios de seleção**" preencha:
   a) O questionário "a: Indicação global sobre todos o critérios de seleção";
   b) Clique na opção "seguinte".
   6.

5. Na "**Parte VI: Declarações Finais**" preencha:
   a) A data e local;
   b) Clique em "Visão geral";
   c) Verifique se tudo se encontra corretamente preenchido;
   d) Clique em "Descarregar em" e selecione "Formato PDF"
   e) Assine digitalmente, de acordo com a legislação em vigor, o documento PDF fornecido.

Em alternativa poderá preencher

1. Aceder o site https://ec.europa.eu/tools/espd/
   a) Selecione a sua Língua;
   b) Será automaticamente direcionado para o menu seguinte;
      i. No menu de seleção "diga-nos quem é" escolha a opção "Sou um operador económico";
      ii. No menu de seleção "O que fazer?" escolha a opção "Criar resposta";
      iii. Preencher todos os dados necessários para o este procedimento.

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

ANEXO B

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...
(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica…como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

ANEXO C
Minuta de Proposta

Informação do Concorrente		
Denominação Social		
NIF		
Gestor	**Nome**	
	Endereço Eletrónico	
	Contacto Telefónico	

	Computadores portáteis	Computadores portáteis
	Especificações mínimas	**Especificações propostas**
Equipamento		
Sistema Central		
Processador	Intel i5 10 geração ou superior ou equivalente com data de lançamento posterior a 01 de janeiro de 2019	
N.º de "cores" por processador	4	
Memória instalada (GB)	16	
N.º de ranhuras de memória livres	1	
Capacidade do dispositivo de memória não-volátil instalado (GB)	512 PCIe	
Sistema Gráfico		
Dimensão memória gráfica (MB)	1 000	
Saída de vídeo	HDMI	
Webcam integrada	Sim	
Ecrã		
Tamanho imagem visível (polegadas)	14 - 15,6 - Convencional ou táctil	
Resolução (píxeis)	1920x1080	
Sistema de Som		
Processador de som	Sim	
Microfone integrado	Sim	
Colunas integradas	Sim	
Conectividade		
Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000	
Banda Larga Móvel	LTE com SIM e tecnologia para eSIM	
Wi-Fi com Bluetooth	802.11ax (2 x 2) ; 5.1	
Leitor Smart Card Compliance SSCD, PKCS#15, EMV/CAP, ISO/IEC 7816	Integrado no chassi	
Teclado QWERTY Português	Sim	

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Se Docking station de encaixe		
N.º de portas USB 3.2 (Tipo A)	≥ 2	
Nº de portas USB-C	≥ 1	
Se Docking station com ligação por cabo		
N.º de portas USB 3.2 (Tipo A)	≥ 2	
Nº de portas USB-C	≥ 2	
Formato		
Peso em condições de uso (com bateria) - (Kg)	≤ 1,8	

Nível de ruído		
Volume de Ruído em funcionamento (dB(A))	≤ 35	
Volume de Ruído em funcionamento com acesso a disco rígido (dB(A))	≤ 40	
Software		
Sistemas operativos suportados	As mais recentes versões desenvolvidas sobre plataformas Microsoft ou Linux	
Certificação, normas e legislação		
Eficiência energética	Energy Star 6.1 ou superior	
Registo EPEAT	Gold	

Componentes		
Memória 1 (compatível com memória do equipamento base)		
Capacidade (GB)	16GB	
Memória 2 (compatível com memória do equipamento base)		
Capacidade (GB)	16 GB ou Livre	
Transporte		
Mala/mochila	Sim	
Docking station		
Alimentação	Sim ; ≥ 180w ou com capacidade para ligação a 2 monitores e carregamento do portátil em simultâneo sem o uso do carregador	
Portas USB Tipo A	≥ 4	
Interface vídeo (HDMI / Display Port) com 2 adapatdores VGA	≥ 2	
Porta de rede	Sim	
Controlador de rede Ethernet (RJ45) - (Mbps)	10/100/1000	

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt

Periféricos		
Teclado		
QWERTY	QWERTY Português USB c/fio ou s/fio	
Rato		
Rato	USB Óptico Scroll c/fio ou s/fio	

Software		
Sistema operativo		
Pré instalação de sistema operativo OEM/Licenciamento (se aplicável)	Windows 10 Pro OEM	

Serviços adicionais		
Garantia		
Portátil	2 anos ou mais	
Docking station		
Bateria		
Teclado		
Rato		
Assistência técnica		
Portátil	2 anos ou mais	
Docking station		
Bateria		
Teclado		
Rato		

Direção-Geral da Administração da Justiça
Av. D. João II, 1.08.01 D/E, Ed. H - Piso 0, 9-14, 1990-097 Lisboa, PORTUGAL
Tel. 217 906 200/1 :: Fax: 211 545 100 :: correio@dgaj.mj.pt :: website: www.dgaj.justica.gov.pt